ESTADO DE MATO GROSSO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DOS PRECATÓRIOS

ATA DE REUNIÃO n. 01/2023

DATA	**HORA**	**PAUTA:** 1. Apresentação e integração entre os magistrados designados para a gestão dos precatórios no âmbito de cada Corte (Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Tribunal Regional do Trabalho – 23ª Região e Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Seção Judiciária); 2. Apresentação e avaliação da situação dos entes e das entidades públicas inseridas em regime especial com vistas ao próximo plano anual de pagamento; 3. Exposição e consulta acerca de projetos de gestão com vistas à solução de precatórios.
13/06/2023	10h	

LOCAL: Gabinete do Exmo. Sr. Dr. JONES GATTASS DIAS - Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso -

PARTICIPANTES:	**FUNÇÃO**	**ASSINATURA**
Exmo. Sr. Dr. **JONES GATTASS DIAS**	Juiz de Direito Auxiliar da Presidência e Conciliador da Central dos Precatórios	JONES GATTASS DIAS:5268 Assinado de forma digital por JONES GATTASS DIAS:5268 Dados: 2023.06.14 09:45:23 -04'00'
Exma. Sra. Dra. **ELIANE XAVIER DE ALCÂNTARA**	Juíza do Trabalho representando o TRT da 23ª	

	Região	
Exma. Sra. Dra. **JULIANA MARIA DA PAIXÃO ARAÚJO**	Juíza da 6ª Vara Federal, representando o TRF da 1ª Região – Seção Judiciária de Mato Grosso -	JULIANA MARIA DA PAIXAO ARAUJO Assinado de forma digital por JULIANA MARIA DA PAIXAO ARAUJO Dados: 2023.06.15 15:02:13 -04'00'

SÍNTESE DOS TRABALHOS:

Aberta a reunião, o Juiz Conciliador da Central dos Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso expôs as razões da reunião, sua recente assunção no cargo e a intenção de estreitar o relacionamento institucional entre os magistrados, de modo a viabilizar um canal de comunicação entre os tribunais no tocante ao tema e de pôr à disposição consultas e orientações técnicas por parte de servidores da unidade administrativa, passando, em seguida, a palavra ao servidor FÁBIO ALEXANDRE MENDONÇA, para breve explanação acerca dos critérios utilizados na elaboração dos cálculos alusivos aos planos anuais de pagamento dos entes públicos inseridos no regime especial, inclusive a respeito da recente adoção de revisão mensal do valor apurado e sua menção nos autos do procedimento referente a cada ente público. O referido servidor público prestou esclarecimentos sobre dúvidas levantadas pelas magistradas participantes. Também foi dada a palavra à servidora CESARINE APARECIDA GARCIA DE CASTRO, diretora do Departamento Auxiliar da Presidência – DAP, a quem foi incumbida a tarefa de expor aos presentes sobre as atividades concernentes aos repasses efetuados ao TRT e ao TRF, esclarecendo à magistrada da Justiça do Trabalho, Dra. Eliane, as razões do pequeno montante repassado em relação ao débito dos precatórios, ficando esclarecido que tudo se deve à divisão proporcional entre os tribunais de acordo com o valor dos créditos, ocasião em que se tratou de algumas situações específicas, como os Municípios de Santo Antônio do Leverger, Barra do Garças, entre outros; a servidora ficou encarregada de atender à solicitação do TRT de envio mensal de

informações acerca do rateio entre os tribunais. O magistrado condutor da reunião esclareceu, por fim, a intenção de dar continuidade ao trabalho iniciado pelo magistrado anterior no que se refere à tentativa de ampliação de atividades que tenham o propósito de solucionar os pagamentos dos precatórios, como a aproximação com o Tribunal de Contas do Estado, para parceria em projetos, a exemplo da realização de oficinas/cursos voltados aos técnicos dos municípios que trabalham com precatórios, além de eventos com palestras de informação aos gestores e servidores municipais. Durante os comentários acerca das muitas dificuldades encontradas para até mesmo intimar os entes públicos acerca de prazos previstos na Constituição Federal e na Resolução 303/2019-CNJ e da necessidade de normatização no TJMT do procedimento dos precatórios, em complemento à citada resolução e à determinação do CNJ, a magistrada da Justiça Federal, Dra. Juliana, sugeriu exigir dos entes públicos a criação de um e-mail institucional para recebimento de intimações e notificações. Ao final, depois de anotados e-mails e telefones dos magistrados participantes e de combinada a lavratura desta ata com posterior envio para conferência por cada um, foi encerrada a reunião. Gabinete do Juiz Conciliador da Central dos Precatórios do Tribunal de Justiça, em Cuiabá, 13 de junho de 2023.

ELIANE XAVIER DE ALCANTARA:30823795

Assinado de forma digital por ELIANE XAVIER DE ALCANTARA:30823795
Dados: 2023.06.14 16:03:23 -04'00'